

EQUILÍBRIO CATASTRÓFICO E CESARISMO EM GRAMSCI

Vânia Noeli Ferreira de Assunção¹

Resumo: Este texto tem como objeto a categoria “cesarismo” nos *Cadernos do cárcere* gramscianos, especificamente, o volume 3, intitulado *Maquiavel: notas sobre o estado e a política*. O objetivo é rastrear os usos, as características e possíveis mudanças na apreciação do tema, o que se quer alcançar por meio da análise imanente do texto, além de semelhanças e divergências com relação às tematizações de Marx e Engels sobre o mesmo assunto.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; cesarismo; bonapartismo; teoria política.

Abstract: This essay has as object the category “Caesarism” in Gramsci’s *Prison Notebooks*, specifically notebook 13, titled *The Politics of Machiavelli*. The objective is tracking the uses, the characteristics and the possible changes in the development of the subject, being reached through the immanent analysis of the text, besides similarities and divergences with respect to the thought of Marx and Engels on the same subject.

Key words: Antonio Gramsci; Caesarism; Bonapartism; Political Theory.

O marxista sardo Antonio Gramsci (1891-1937) é um autor cuja teoria alcançou grande divulgação, especialmente no Brasil, a partir especialmente do final dos anos 1970. Trata-se de obra de caráter eminentemente militante, em que se ressalta o combate teórico e prático ao fascismo, cujo corpo principal foi produzido em condições absolutamente adversas (escritas no cárcere, submetidas à censura e a muitas restrições acerca da consulta a fontes); dado o fato de não terem recebido redação final para publicação, a seleção e a compilação de suas anotações têm sido objeto de debates e questionamentos. Donde, as muitas, diferentes e divergentes interpretações de seus escritos, os debates sobre aspectos controversos ou “antinômicos” e algumas apropriações seletivas, ecléticas e nem sempre rigorosas em termos teóricos, além das deturpações puras e simples (cf. ANDERSON, 1986; BERRIEL, 1982; BOBBIO, 1982; COUTINHO, 2003; 2011; DIAS, 1996; LOSURDO, 2006; POULANTZAS, 1971). Inobstante as controvérsias, trata-se de um autor que se contrapôs claramente a determinadas correntes

¹ Professora da Universidade Federal Fluminense – UFF (Rio das Ostras) e coeditora de *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*. Este texto é um item, modificado, da minha tese de doutorado (ASSUNÇÃO, 2005). E-mail: vanianoeli@uol.com.br.

marxistas que tiveram predominância no debate intelectual e político de meados do século XX, como o estruturalismo althusseriano e o “marxismo-leninismo” determinista dos Partidos Comunistas. As muitas e aceleradas transformações do mundo capital (reestruturação produtiva, mercado mundial etc.), a histórica derrota da esquerda (sublimada com a queda do Muro de Berlim e o fim do assim chamado “socialismo real” do Leste Europeu), a agudização dos graves problemas sociais e ambientais e as mudanças ideológico-políticas que acompanharam todos esses processos contribuem para explicar o contínuo interesse pelo pensamento de Gramsci.

Neste texto, nosso objetivo é bastante modesto: rastrear a definição, as determinações e as características da forma política chamada por Gramsci de “cesarismo” ou bonapartismo no volume 3 dos *Cadernos do cárcere, Maquiavel: notas sobre o estado e a política* (2000). Esta é a fonte por excelência para debater o assunto no Gramsci adulto, já que colige suas observações acerca do tema, realizadas no âmbito das discussões políticas – teóricas e análise de conjuntura – feitas por Gramsci no cárcere onde fora aprisionado a partir de 1926 pelo fascismo. Realizamos uma análise imanente dos trechos do texto em pauta que abordam o tema recortado, análise que consiste em demonstrar por dentro e sem imputações o raciocínio do autor, aqui reproduzidos na sequência em que suas anotações são apresentadas (e presumivelmente escritas, cf. COUTINHO, 2000, p. 7), e tecemos, a seguir, breves considerações finais. Nestas, voltamos a Marx e Engels para buscar semelhanças e dessemelhanças entre eles e o teórico sardo.

Gramsci principia situando seu debate sobre o cesarismo a sua explanação sobre as relações de força, que trata mais detalhadamente no § 17 do Caderno 13, escrito entre 1932 e 1934. Ali ele aponta como primeiro grau das relações de força aquela relação “estritamente ligada à estrutura objetiva”, seguida pela avaliação da homogeneidade, da autoconsciência e da organização das diversas forças políticas. Este nível pode ser subdividido em análise do nível econômico-corporativo, do nível da solidariedade de interesses (mesmo que ainda meramente econômicos) que põe pela primeira vez a questão do estado e, por fim, do momento em que se adquire consciência de que os interesses corporativos podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados, pondo-se então a questão da hegemonia (GRAMSCI, 2000, pp. 40-1).

Após fazer essa remissão, nosso autor trata mais especificamente do tema do cesarismo no § 23 do referido texto, em que está debatendo aspectos da estrutura partidária em períodos de crise orgânica. De acordo com ele, a certa altura de sua história os partidos tradicionais, na sua forma organizativa antiga, com seus antigos líderes e

membros, deixam de ser reconhecidos como sua expressão pelos grupos sociais. Trata-se, avalia, de um momento perigoso, dado que possibilita as soluções de força, a “atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos” (GRAMSCI, 2000, p. 60). O processo em que se desenrola tal situação varia de lugar para lugar, mas seu conteúdo é sempre “a crise de hegemonia, ou crise do estado em seu conjunto”². Esta crise significa que a classe dirigente faliu no cumprimento de uma importante tarefa política (pela qual solicitou/impôs o consentimento político das grandes massas, como é o caso da guerra); pode, ainda, ver-se confrontada com amplas massas (em especial, camponeses e pequenos burgueses) que abandonaram sua antiga postura política passiva e apresentaram reivindicações no plano político e social, reivindicações estas que, inobstante desorganizadas, constituem uma verdadeira revolução. Segundo Gramsci, a crise comporta perigos imediatos, dado que a capacidade de orientação e reorganização dos diversos estratos sociais têm ritmos diferentes:

A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas, faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados. (GRAMSCI, 2000, p. 61)

De acordo com Gramsci, tais fenômenos estão relacionados “à capacidade do partido de reagir contra o espírito consuetudinário, contra as tendências a se mumificar e tornar anacrônico”, dado que os partidos nascem e se desenvolvem com o fito de dirigir as circunstâncias em situações de importância vital para suas classes, mas nem sempre tem a capacidade de se adaptar a novas épocas e a tarefas diferentes (GRAMSCI, 2000, p. 61). Para bem analisar os desenvolvimentos pelos quais passam os partidos, afirma, é preciso separar a massa, a burocracia e o estado maior do partido. A burocracia é a mais perigosa força consuetudinária conservadora, e se ela logra tornar-se um corpo autônomo

² Para Gramsci, as ideologias geradas na sociedade “se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tenda a prevalecer”, “determinando além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral” (GRAMSCI, 2000, p. 41). A hegemonia é justamente o estágio das relações de forças políticas em que a consciência política coletiva, tendo ultrapassado o nível meramente econômico-corporativo e o da solidariedade de interesses puramente econômicos, compreende que os próprios interesses superam o círculo corporativo “e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”, ganhando caráter universal. Com isto, certamente o estado continua a ser “organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo”, mas este processo é visto e realizado de maneira a que os interesses gerais dos grupos subordinados estejam também aí representados de alguma forma: a atuação estatal reflete a combinação relativamente equilibrada da força e do consenso, “sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2000, pp. 41; 95). A crise de hegemonia é explicada por ele no parágrafo acima.

e voltado aos próprios interesses, o partido se torna anacrônico e perde suas raízes durante crises agudas, ficando “como que solto no ar”.

Segundo o marxista italiano, a burocracia (tanto civil quanto militar) deve ser pesada nas análises do cesarismo tanto em sua faceta mais imediata, o elemento burocrático, quanto na consideração das camadas sociais em que o elemento técnico-militar é recrutado em cada complexo estatal. Graças a estas ligações, um movimento ou governo pode ter caráter militar ainda que o exército não atue diretamente nele: “Em determinadas situações pode ocorrer que convenha não ‘expor’ o exército, não fazê-lo sair dos quadros constitucionais, não levar a política aos quartéis”, mas isso não elide que “é o exército, isto é, o estado-maior e a oficialidade, que determina a nova situação e a domina” (GRAMSCI, 2000, p. 62). Assim, as investigações preliminares devem inquirir sobre a existência ou não, num determinado país, de uma camada social difusa para a qual a carreira burocrática, civil e militar, seja um elemento muito importante da vida econômica e de afirmação política”, ainda que indireta (GRAMSCI, 2000, p. 63).

Na Europa, ele localiza essas características na pequena e média burguesia rural, para quem a carreira burocrática, habituada a comandar pequenos grupos de homens e manter a situação de miséria crônica e trabalho prolongado que esfolava e embrutecia o camponês. Por isso ela se opõe a toda possibilidade de organização autônoma do trabalho camponês e a todo movimento cultural que possa empuxá-lo do embrutecimento, além de ser territorialmente dispersa e heterogênea. Estes limites explicam características como “a volubilidade, a multiplicidade dos sistemas ideológicos a que aderem, a própria extravagância das ideologias algumas vezes adotadas”, além da vagarosidade com que o processo de centralização orgânica e política ocorre para a realização de sua vontade (GRAMSCI, 2000, p. 64). Há momentos de variação da velocidade no processo:

O processo se acelera quando a “vontade” específica desse grupo coincide com a vontade e os interesses imediatos da classe alta; não só o processo se acelera, como se manifesta de imediato a “força militar” dessa camada, que algumas vezes, depois de se organizar, dita leis à classe alta, se não pelo conteúdo, pelo menos no que se refere à “forma” da solução. (GRAMSCI, 2000, p. 64)

Assim, a coincidência de interesses da pequena e média burguesia rural, da qual provêm os oficiais subalternos da esfera burocrático-militar, destaca a força militar dessa camada, por vezes parecendo que ela dirige a classe alta urbana pelo menos no tocante à forma, o que não é pouco. Isso ocorre porque no campo há pouca margem econômica e há maior pressão de cima para baixo, de maneira que os contra-ataques devem ser rápidos e certos; e, como a pequena e média burguesia identifica nas cidades a origem de seus problemas, acredita ser seu dever impor soluções à classe alta urbana mesmo que não

sejam convenientes de imediato a estas. Mas, se o caráter “militar” da pequena e média burguesia era tradicionalmente derivado espontaneamente de suas condições econômicas de vida, passou a ser cultivado de maneira orgânica e consciente. Nosso autor exemplifica com as organizações de militares da reserva, que poderiam ser mobilizadas se necessário, preservando o exército regular da contaminação por essas forças privadas em decomposição. Assim, “em toda uma série de países, influência do elemento militar na vida estatal não significa apenas influência e peso do elemento técnico-militar”, mas também da camada social da qual ele se origina, especialmente os oficiais subalternos (GRAMSCI, 2000, p. 65).

Gramsci considera fundamental ter consciência destes fatores para entender o bonapartismo ou cesarismo, no sentido de contribuir para diferenciá-lo em relação a “outras formas em que o elemento técnico-militar como tal predomina, sob formas talvez ainda mais evidentes e exclusivas” (GRAMSCI, 2000, p. 65). Seus exemplos passam pela Espanha de Primo de Rivera (1923-30) e pela Grécia do general Theódoros Pangalos (meados de 1926), onde, diferentemente do que ocorre “nos países potencialmente bonapartistas”, o “governo militar não criou uma ideologia política e social permanente e formalmente orgânica”. Se as condições históricas dos bonapartismos são as mesmas – ou seja, “equilíbrio dos grupos urbanos em luta, que impede o jogo da democracia ‘normal’, o parlamentarismo” –, o campo tem peso diferente neste equilíbrio, podendo ser passivo e possibilitar aos generais e à nobreza latifundiária servirem-se politicamente do exército; ou, em outros casos, ter uma movimentação não coordenada com as cidades e o exército permanecer afastado da arena política. Em seu lugar, “entra em ação a classe militar-burocrática, que, com meios militares, sufoca o movimento no campo”, considerado o mais perigoso (GRAMSCI, 2000, p. 67). Nesta luta, alcança uma unificação política e ideológica, angaria aliados nas classes médias urbanas e chega inclusive, ainda que limitadamente, a levar ao estado seus interesses e substituir alguns quadros dirigentes. Mantendo-se em armas diante do desarmamento geral, assinala a possibilidade de uma guerra civil na qual enfrentaria o exército regular, se a “classe alta” resolver-se a renhir.

Nesse momento Gramsci chama a atenção, porém, para o fato de que tais “observações não devem ser concebidas como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica e política”, porque nos eventos reais “as formas históricas são determinadas e quase ‘únicas’” (GRAMSCI, 2000, p. 67).

Debatendo, por fim, o terceiro grau do sistema das relações de força existentes – aquele que põe a questão da hegemonia –, deve-se atentar, segundo Gramsci, para o grau de preparação estratégica na conjuntura, do qual um dos principais elementos são as condições qualitativas dos dirigentes e das forças de primeira linha, que incluem as forças de assalto. A importância do grau de preparação estratégica se manifesta no fato de que podem ser vitoriosas forças aparentemente inferiores às do adversário. O autor chama a atenção para o fundamento determinista ou economicista das visões avessas por princípio aos compromissos, “aversão [que] só pode ser a convicção férrea de que existem leis objetivas para o desenvolvimento histórico, do mesmo caráter das leis naturais, acrescida da persuasão de um finalismo fatalista similar ao fatalismo religioso” (GRAMSCI, 2000, p. 69).

No mesmo sentido, questiona a crença incriteriosa na “virtude reguladora das armas” e a separação total entre economia e vontade. Para Gramsci, a ideologia está sempre atrasada em relação aos fenômenos econômicos, de tal forma que “em determinados momentos, o impulso automático devido ao fator econômico tem seu ritmo diminuído, é travado ou até mesmo destruído momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais”, o que faz necessária uma intervenção consciente para fazer compreender as exigências da posição econômica das massas (GRAMSCI, 2000, p. 70). Para Gramsci, portanto, é preciso conscientemente tomar iniciativas políticas para “libertar o impulso econômico dos entreves da política tradicional, ou seja, para modificar a direção política de determinadas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um bloco histórico econômico-político novo” (GRAMSCI, 2000, p. 70). Tais forças só se unem pela aliança ou pela coerção, tornando-se útil saber se uma força é suficiente para coagir a outra, bem como lembrar “que a força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e cuja ‘boa vontade’ e entusiasmo é preciso obter” (GRAMSCI, 2000, p. 70). Ademais, ressalta que o próprio exército também atua no convencimento por uma posição, rejeitando qualquer separação rígida na dialética coerção/hegemonia.

Ele volta ao assunto no § 27, anotando para pesquisa posterior que deve “catalogar os eventos históricos que culminaram em uma grande personalidade ‘heroica’” (GRAMSCI, 2000, p. 76). Para ele, no trecho mais célebre em relação ao nosso assunto, a principal característica do cesarismo é expressar “uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição mútua” (GRAMSCI, 2000, p. 76).

O teórico do PCI destaca que, numa luta social entre duas forças, uma regressiva e uma progressiva, o resultado cabível não é só que uma vença a outra, mas também pode ser que nenhuma das duas vença e que, debilitando-se mutuamente, cedam espaço para uma terceira força, que interviria a partir do exterior e que dominaria a ambas por meio de uma solução “arbitral” incumbida a uma “grande personalidade”.

Por isso, diferentemente de sua natureza básica, o significado histórico do cesarismo não é sempre o mesmo, só podendo ser apreendido por meio da interpretação da história concreta, e não por um esquema sociológico, repete (GRAMSCI, 2000, p. 76). O cesarismo, afirma Gramsci, pode ser *progressista* ou *regressista*: encaixa-se na primeira opção quando contribui para o triunfo das forças progressistas – ainda que seja uma vitória limitada por compromissos; é regressivo quando intervém para auxiliar as forças regressivas (para o que também vale a observação sobre compromissos e limitações, mas estes têm, agora, importância e significado diferentes). Menciona César e Napoleão I como exemplos de *cesarismo progressivo*, enquanto Napoleão III e Bismarck representam um *cesarismo regressivo*³. Trata-se, continua o pensador, de averiguar se, no interior da dialética revolução/restauração, é o primeiro ou o segundo elemento que prevalece, dado que, “no movimento histórico, jamais se volta atrás e não existem restaurações *in toto*” (GRAMSCI, 2000, p. 77).

Adverte novamente que “o cesarismo é uma fórmula polêmico-ideológica e não um cânone de interpretação histórica”, comportando variações concretas que não o invalidam; assim, é possível a existência de uma “solução cesarista mesmo sem um César, sem uma grande personalidade ‘heroica’ e representativa” (GRAMSCI, 2000, p. 77). O próprio sistema parlamentar criou mecanismos propícios às soluções de compromisso, de maneira que “Todo governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não se desenvolver até graus mais significativos”⁴ (GRAMSCI, 2000, p. 77).

O teórico sardo prossegue observando que, “No mundo moderno, com suas grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político-partidário, o mecanismo do fenômeno cesarista é muito diferente do que foi até Napoleão III”, quando “as forças militares regulares ou de carreira constituíam um elemento decisivo para o advento do

³ Segundo Losurdo, Gramsci insinuava que também a União Soviética estalinista encaixava-se em sua visão de cesarismo. Mais ainda: os *Cadernos do cárcere* incluíam tanto Stalin quanto seu grande antagonista numa mesma categoria (LOSURDO, 2004, p. 197).

⁴ De acordo com Carlo Guarnieri, autor do verbete “Cesarismo” no *Dicionário de política* de Bobbio, “no cesarismo há um equilíbrio entre as forças políticas e sociais em campo, nenhuma das quais está completamente vencida, como é o caso do fascismo. Por isso, de acordo com Gramsci, todo governo de coalizão possui certo grau inicial de cesarismo” (GUARNIERI, 1998, p. 160).

cesarismo, que se verificava através de golpes de estado bem precisos, de ações militares” e afins. Em seu período, atesta, “as forças sindicais e políticas, com os meios financeiros incalculáveis de que podem dispor pequenos grupos de cidadãos”, tornam a situação mais complexa, tendo em vista que funcionários de partidos ou sindicatos podem ser corrompidos ou aterrorizados sem que se recorra a ações militares amplas do tipo 18 Brumário (GRAMSCI, 2000, p. 77).

Para ele, a técnica política transformou-se completamente após 1848, tendo assimilado a expansão do parlamentarismo, do associativismo sindical e partidário e a formação de vastas burocracias (embrechadas tanto na máquina estatal quanto de caráter político-privado, ligadas a sindicatos ou partidos). Somem-se a isto as mudanças ocorridas na organização policial *lato sensu*, quer dizer, no conjunto que inclui o serviço de repressão à delinquência e as forças organizadas (estatais e particulares), atalhas do domínio político e econômico das classes dirigentes. “Neste sentido, inteiros partidos ‘políticos’ e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política, de caráter investigativo ou preventivo.” (GRAMSCI, 2000, p. 78)

Diante de tantas modificações, Gramsci realiza outro movimento de concretização da exposição sintética referente a duas forças que pelem por constituir (ou reconstituir) um equilíbrio orgânico mas que descaem numa situação cujas perspectivas são catastróficas – de que nenhuma das duas vença – e da qual nasce ou pode nascer o cesarismo. O teórico o reafirma como “uma hipótese genérica, um esquema sociológico” que pode facilitar certa análise política. Ele afirma que a situação de equilíbrio catastrófico pode ganhar maiores graus de concretude, aproximando-se da realidade histórica concreta, quando se precisam determinados elementos fundamentais (GRAMSCI, 2000, p. 78).

Ainda se pode detalhar o grau e o sentido desta determinação como força progressista ou regressiva. Desta maneira, para Gramsci, no caso de César e Napoleão I, as duas forças combatentes, ainda que distintas e contraditórias, poderiam fundir-se e unificar-se depois de um processo molecular (individualizado, a miúdo) – situação que se efetivou, pelo menos, a ponto de promover o fim da luta orgânica e a superação da fase catastrófica. Também se poderia indicar que a aludida fase catastrófica pode ter sua gênese relacionada a uma deficiência política momentânea dos grupos tradicionalmente dominantes, e não simplesmente a uma deficiência orgânica – o que pertence particularmente à situação que levou Napoleão III ao poder. Isso porque, entre 1815 e

1848, assegura Gramsci, a dominação política na França havia se escindido entre legitimistas, orleanistas, bonapartistas e jacobino-republicanos. As lutas entre estas facções possibilitavam que as forças progressistas obtivessem avanços extemporâneos – no sentido de que “a forma social existente ainda não esgotara suas possibilidades de desenvolvimento, como a história posterior demonstrou amplamente” (GRAMSCI, 2000, p. 78). O regime que se originou de sua ascensão ao poder e de sua própria estatura diminuta foi expressão destas possibilidades latentes e imanentes.

Aqui, modificando sua análise anterior, Gramsci avalia que o cesarismo de Napoleão III era “objetivamente progressista”, mas não como o de César e Napoleão I; com estes, acredita, o cesarismo teve tanto um caráter quantitativo quanto qualitativo, representante que era da transição revolucionária entre duas etapas históricas: “representou a fase histórica de passagem de um tipo de estado para outro, uma passagem em que as inovações foram tantas e de tal ordem que representaram uma transformação completa” (GRAMSCI, 2000, p. 79). Já com Napoleão III, o fenômeno ficou restrito ao caráter quantitativo (e ainda de maneira limitada), ou seja, não compendiou a passagem de um estado a outro, mas uma linha evolutiva ininterrupta numa situação de mesmo tipo.

Por tudo o que foi apontado, de acordo com Gramsci, modernamente o cesarismo se distingue radicalmente não apenas daquele fenômeno de caráter progressista personificado em César e Napoleão I, mas também do de Napoleão III – embora mantenha maior proximidade com este.

No mundo moderno, o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última instância, poderiam fundir-se e unificar-se, ainda que depois de um processo penoso e sangrento, mas entre forças cujo contraste é insolúvel historicamente e que, ao contrário, aprofunda-se com o advento de formas cesaristas. (GRAMSCI, 2000, p. 79)

Não obstante, diz Gramsci, também no mundo moderno o cesarismo encontra espaço (dependendo do país e da força deste na estrutura mundial) para adaptação, pois quase todas as formas sociais têm alternativas de desenvolvimento e de sistematização organizativa – e, ademais, conta sempre com (e busca manter) a relativa debilidade intrínseca de seu antagonista progressista, devida à sua natureza e seu modo de vida peculiar, o que confere ao cesarismo moderno uma natureza menos militar e mais policial.

No § 37, em que faz anotações sobre a vida nacional francesa, Gramsci novamente alude ao cesarismo, no bojo de uma crítica ao abstencionismo eleitoral apriorístico de tipo sindicalista e economicista, necessariamente catastrófico, que acredita intransigentemente na força do boicote para derruir o inimigo. Para ele, a posição que imputa ao sufrágio universal e ao plebiscito a possibilidade de serem usadas por diversas

correntes políticas como o foram pelos Bonaparte é ingênua e sociologista, de forma que é necessário ir além dela.

Deve-se notar: 1) que toda ratificação dada pelo sufrágio universal e pelo plebiscito ocorreu depois que a classe fundamental se havia concentrado poderosamente no campo político ou, mais ainda, no campo político-militar, em torno de uma personalidade “cesarista”, ou então depois de uma guerra que criou uma situação de emergência nacional; 2) que, na realidade da história francesa, existiram diversos tipos de “sufrágio universal”, à medida se modificaram historicamente as relações econômico-políticas. As crises do sufrágio universal foram determinadas pelas relações entre Paris e a província, ou seja, entre a cidade e o campo, entre as forças urbanas e as forças do campesinato. (GRAMSCI, 2000, p. 105)

Assim, os usos e abusos do sufrágio universal não se davam no ar, mas estavam assentados em relações de classes e de forças, incluindo as relações cidade-campo específicas entre Paris e a província, não sendo cabível julgar o sufrágio abstratamente.

Já no § 75 dos Cadernos Miscelâneos, ele tece comentários acerca da noção de partido presente em R. Michels (que, por sua vez, remete a M. Weber), especialmente no tocante à sua relação com os líderes chamados “carismáticos”, que é o que aqui nos interessa mais de perto. Gramsci pondera que “A classificação que Michels faz dos partidos é muito superficial e sumária”, porque os rotula com base em características genéricas e externas (GRAMSCI, 2000, p. 165). O primeiro item desta classificação são os “partidos carismáticos”, isto é, agrupados em torno de certas personalidades, com programas rudimentares”, à base da fé e da autoridade de um indivíduo, ao que adverte:

Tais partidos jamais foram vistos; certas expressões de interesses são em certos momentos representadas por certas personalidades mais ou menos excepcionais: em certos momentos de “anarquia permanente” devida ao equilíbrio estático das forças em luta, um homem representa a “ordem”, isto é, a ruptura por meios excepcionais do equilíbrio mortal, e em torno dele se agrupam os “amedrontados”, as “ovelhas hidrófobas” da pequena burguesia: mas sempre há um programa, mesmo que genérico, e genérico exatamente porque tende apenas a readaptar a cobertura política exterior a um conteúdo social que não atravessa uma verdadeira crise constitucional, mas só uma crise provocada pelo número excessivo de descontentes, difíceis de serem controlados em virtude de sua quantidade e da simultânea, mas mecanicamente simultânea, manifestação de descontentamento em toda a área da nação. (GRAMSCI, 2000, pp. 164-5)

Aqui, Gramsci aborda a noção de “carismático” de Michels, como limitada e equivocada, pois inexitem partidos liderados apenas pelo carisma de um líder, sem programa algum. Na sua análise, o programa é genérico justamente para conseguir abranger a gama dos descontentes e amedrontados numa conjuntura em que a crise não é constitucional, mas reflete uma superpopulação de interesses em disputa.

Novamente sobre os partidos, no § 119 dos Cadernos Miscelâneos, Gramsci aborda o desequilíbrio entre a agitação e a propaganda na Itália, outra face da falta de

princípios e oportunismo, do desequilíbrio entre tática e estratégia etc. dos partidos políticos italianos. Se a causa principal desse modo de ser dos partidos está na própria estrutura econômica e social do país (e, portanto, de suas classes), seria necessário ir mais fundo porque os partidos não são apenas “expressão mecânica e passiva” das classes, mas também retroagem “energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las” – o que não ocorreu na Itália. O governo italiano tinha responsabilidade neste quadro, pois agira desagregando os grandes interesses nacionais, separando-os das grandes massas de forma a ter “uma força de sem-partido ligada ao governo por vínculos paternalistas de tipo bonapartista-cesarista” (GRAMSCI, 2000, p. 200). Igualmente, o fenômeno do transformismo estava relacionado a esta incapacidade dos partidos e dos governos italianos de influir nos rumos das classes sociais:

As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de estado e de governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. Deve haver uma certa relação útil e fecunda nestas manifestações e nestas funções. Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada. (GRAMSCI, 2000, p. 201)

Assim, o transformismo – a cooptação de elementos ativos dos aliados e até de adversários, a hegemonia ideológica de grupos que geralmente apelam à moderação ou até ao conservadorismo (CHIAROMONTE, 2019) – pode ser explicado também por falta de atuação proativa dos partidos no tocante à doutrina e à teoria, de maneira que os dirigentes do governo e da sociedade civil não compreendem profundamente as origens e as condições das classes que representam. Daí que tenha havido escassez de dirigentes formados, vida parlamentar miserável, partidos facilmente desagregáveis, vida cultural mesquinha, facciosismos e choques personalistas em vez de política séria, formação de quadros retóricos nas universidades etc. Criava-se, portanto, uma burocracia alienada da vida do país, transformada ela mesma em partido e no qual “a hierarquia burocrática substituía a hierarquia intelectual e política: a burocracia se tornava justamente o partido estatal-bonapartista” (GRAMSCI, 2000, p. 202).

No § 40 dos Cadernos Miscelâneos, Gramsci volta a falar do bonapartismo no regime parlamentar, mencionando particularmente o caso inglês. Critica um autor segundo o qual não há regime parlamentar naquele país, mas ditadura de um partido (ditadura que oscila entre partidos extremos) a qual teria se originado da dificuldade de chegar a compromissos e opiniões médias devido ao sistema eleitoral sem segundo turno e sem voto proporcional existente no país. Segundo Gramsci, o referido autor não observa

que “no próprio governo há um grupo restrito que domina todo o gabinete e, mais ainda, existe uma personalidade que exerce uma função bonapartista” (GRAMSCI, 2000, p. 227).

Ele volta ao tema do bonapartismo no § 97 dos mesmos Cadernos Miscelâneos, em que aborda a distinção entre “pequena” e “grande” ambição. Para ele, um líder sem ambições não é de fato um líder, mas um covarde ou um incapaz que oferece perigo para quem o segue. Assevera que o grande líder tem uma grande ambição, inseparável do bem coletivo, necessária para a luta, desde que esteja “condicionada pela ascensão de todo um estrato social e se o ambicioso vê exatamente sua própria ascensão como elemento da ascensão geral” (GRAMSCI, 2000, p. 247). A pequena ambição, relacionada ao próprio particular, está no campo da demagogia no sentido pejorativo, o de “servir-se das massas populares, de suas paixões sabiamente excitadas e nutridas, para os próprios fins particulares, para as próprias pequenas ambições (o parlamentarismo e o eleitoralismo oferecem um terreno propício para esta forma particular de demagogia, que culmina no cesarismo e no bonapartismo com seus regimes plebiscitários)” (GRAMSCI, 2000, p. 247). O demagogo em sentido superior, de grande ambição, “aspira a alcançar fins políticos orgânicos cujo necessário protagonista histórico são estas massas”, “desenvolve obra ‘constituente’ construtiva”, tende a “suscitar um estrato intermediário entre ele e a massa, suscitar possíveis ‘concorrentes’ e iguais, a elevar a capacidade das massas”, agir conforme os interesses destas (GRAMSCI, 2000, p. 248). Enquanto isso:

O “demagogo” em sentido negativo põe-se a si mesmo como insubstituível, cria o deserto em torno de si, sistematicamente esmaga e elimina os possíveis concorrentes, quer entrar em relação direta com as massas (plebiscito etc., grande oratória, golpes de cena, aparato coreográfico fantasmagórico: trata-se daquilo que Michels chamou de “líder carismático”). (GRAMSCI, 2000, p. 248)

Por isso, se todo partido é o partido de uma classe, o líder deve se apoiar nela e, ao mesmo tempo, se tem origem carismática e quer se tornar um líder de grande ambição, “deve renegar sua origem e trabalhar para tornar orgânica a função da direção: orgânica e com as características da permanência e da continuidade” (GRAMSCI, 2000, p. 248).

Nosso autor volta ao assunto no § 23 do Caderno 3 (escrito em 1930). O teórico italiano aponta que não se deveria, sob pena de cometer um erro derivado do mecanicismo, tomar as ocorrências em todos os tipos de cesarismo (progressista, reacionário ou de caráter intermediário episódico) como reflexo unicamente do equilíbrio das forças fundamentais. Não se pode, diz ele, desconsiderar as relações existentes entre os principais grupos (social-econômicos, técnico-econômicos e outros) das classes

fundamentais e as forças auxiliares, as quais guiam ou submetem à sua influência hegemônica; esta seria, por exemplo, a condição para compreender o golpe de estado de 2 de dezembro na França, dada a função que ali exerceram os grupos militares e os camponeses franceses⁵ (GRAMSCI, 2000, p. 303).

A título de ilustração, menciona o caso Dreyfuss, quando os próprios elementos do bloco social dominante – buscando apoio na parte mais avançada do campesinato e, especialmente, nos grupos urbanos guiados pelo socialismo reformista – impediram que se impusesse o cesarismo reacionário em gestação. Haveria outros modernos movimentos histórico-políticos semelhantes que, se não constituem revoluções, também não são totalmente reacionários, na medida em que trazem modificações para a vida estatal e incorporam às atividades sociais um grupo diferente e mais numeroso que o anterior. Tais movimentos chegam a ganhar um conteúdo relativamente “progressista” na medida em que advertem sobre a existência latente, na velha sociedade, de forças ativas não exploradas pelos antigos dirigentes e que se tornam historicamente eficientes em face da debilidade do antagonista, ligadas que estão a uma determinada situação de equilíbrio de forças em luta despojadas de potência interna para impor sua vontade construtiva própria (GRAMSCI, 2000, p. 304). Em outra parte do texto, Gramsci chamará este tipo ocasional de “cesarismo intermediário”.

Na última vez que menciona diretamente o fenômeno do cesarismo no nosso texto base, segundo nossa pesquisa, Gramsci compendia a teoria predominante acerca do tema e afirma que foi introduzida na linguagem política por Napoleão III, que não é uma referência teórica nem na historiografia, nem na filosofia ou na teoria política. Ele ressalta que na história romana César não foi caracterizado nem apenas nem principalmente pelo “cesarismo” no sentido estrito que tomou contemporaneamente. “O desenvolvimento histórico que teve em César sua expressão assume na ‘península itálica’, ou seja, em Roma, a forma do ‘cesarismo’, mas tem como quadro todo o território imperial e, na realidade, consiste na ‘desnacionalização’ da Itália e em sua subordinação aos interesses

⁵ Guarnieri sintetiza: em Gramsci, de um lado o antagonismo entre os grupos não é absoluto, de outro, “a situação de equilíbrio pode ser devida a causas momentâneas. Uma força, embora seja predominante num determinado contexto, pode estar, por vezes, dividida em facções discordes entre si. Sendo assim, permite que outra força, de menor relevo mas mais compacta, desafie o poder tradicional” e, por fim, pode haver um equilíbrio em face de relações intermediárias “entre grupos principais das classes que dominam e as chamadas forças de apoio que estão sujeitas à sua influência hegemônica” (GUARNIERI, 1998, p. 161). Conclui que o cesarismo é “um regime político que se caracteriza pelo forte aparato estatal – ao menos em relação ao resto da sociedade –, e que conseguiu gozar de considerável autonomia em confronto com forças sociais”. Empregando seus próprios instrumentos, torna-se mediador entre interesses sociais antagônicos e, “embora não ataque nunca completamente os interesses dos grupos que gozam de uma posição dominante na estrutura social, jamais lhes consolida o poder” (GUARNIERI, 1998, p. 162).

do império.” (GRAMSCI, 2000, p. 347) Ele ressalva o equívoco de dizer que César transformou Roma na capital do império, já que a capital era móvel (era onde estava residindo o imperador). Comparando César e Catilina, afirma que este era mais italiano que aquele e sua revolução poderia ter conservado a função hegemônica do período republicano, com outra classe no poder; já César transformou a revolução em solução da luta das classes (ou pelo menos daquelas com funções principalmente imperiais, como militares, burocracia, banqueiros e empreiteiros) de todo o império, em vez de apenas das classes itálicas. Também desequilibrara o quadro imperial ao conquistar a Gália, dando origem a uma luta do ocidente contra o oriente. Gramsci conclui que, “Do ponto de vista da cultura, é interessante o atual mito de “César”, que não tem nenhuma base na história, assim como nenhuma base tinha no século XVIII a exaltação da república romana como uma instituição democrática e popular” (GRAMSCI, 2000, pp. 342-3).

Considerações finais

Vimos que o cesarismo, em Gramsci, está relacionado à crise de hegemonia da classe social dirigente, que falhou no processo de condução de todo o grupo social e se viu confrontada por outras classes. Viu-se, assim, num equilíbrio catastrófico com outro grupo, situação em que duas forças em luta, com caracteres opostos (progressista ou regressista), não podem se vencer, senão se destruir mutuamente. Ambos os fenômenos abrem a possibilidade de uma personalidade “arbitral” interferir no processo. Num primeiro momento, ele reproduz a ideia de líder carismático ou homem providencial, mas nos quer parecer que vai abandonando esta noção, de origem weberiana, ao colocá-la entre aspas, primeiro, e depois fazer a crítica da noção de “partido carismático” no § 35 dos Cadernos Miscelâneos. De forma que, a certa altura de suas pesquisas, passa a falar em grandes personalidades ou personalidades heroicas, mas não mais usa o termo “carismático”.

A propósito dos partidos, lembra que estes não são emanações passivas das classes sociais, mas também têm um papel na sua elaboração, também organizam as classes, devendo promover a formação teórica dos dirigentes, a análise de conjuntura, a compreensão das raízes e do desenvolvimento dos grupos que representam. Ao não fazê-lo, abrem a possibilidade os interesses nacionais serem desagregados das massas, de líderes serem absorvidos por grupos diferentes ou até adversários do seu ou, ainda, da intervenção de personalidades heroicas, que se relacionam diretamente com as massas

por vínculos paternalistas de tipo cesarista/bonapartista. A demagogia em sentido pejorativo, a existência de líderes de pequena ambição, encontra terreno propício no parlamentarismo e no eleitoralismo, podendo resultar no cesarismo. Já o líder de grande ambição, o demagogo em sentido superior, suscita concorrentes, estimula intermediários entre ele e as massas, eleva o nível e pensa a partir dos interesses desta.

Gramsci também destaca a importância da burocracia e do elemento militar no fenômeno, afirmando que este pode estar presente mesmo sem a intervenção direta do exército por representar determinada classe que é a sua de origem (na Europa, a pequena e média burguesia rural). Mas, para não incorrer em equívocos sociologistas, também frisa a necessidade de diferenciar o cesarismo/bonapartismo de outras formas em que o elemento técnico-militar é predominante. Põe a necessidade de considerar, então, o fator qualidade dos dirigentes e dos líderes de primeira linha, bem como a questão das relações de forças entre grupos e subgrupos em pugna.

O teórico sardo assevera mais de uma vez que a situação designada por ele de “equilíbrio catastrófico” é um esquema para análise – para usar os termos de Marx, uma abstração razoável, não podendo ser meramente “aplicada” a uma realidade qualquer. Assim, por exemplo, faz notar que há elementos cesaristas em todo governo de coalizão, da mesma maneira que pode haver cesarismo sem um César.

Ele adverte para a existência de um cesarismo regressivo e de um cesarismo progressista, de acordo com o caráter predominante na dialética revolução/restauração, e até a um cesarismo ocasionalmente intermediário, que nem são revoluções nem inteiramente reações. Classifica como de primeiro tipo César e Napoleão I, que viviam uma situação em que o equilíbrio catastrófico poderia (e foi) superado pela unificação das forças em disputa. Já Napoleão III (como Bismarck) é considerado representante do cesarismo regressista, num primeiro momento, que teria ascendido ao poder não por suas qualidades pessoais, de resto inexistentes, mas que era resultado de uma situação em que o fracionamento das facções dominantes permitiu avanços anacrônicos das forças progressistas⁶, ou seja, deveu-se a uma deficiência conjuntural e não orgânica. Aqui ele

⁶ Poulantzas questionou o raciocínio de Gramsci. Dizendo-se apoiado em “uma leitura aprofundada dos textos de Marx”, afirmava ser incorreto, de acordo com este último, acreditar que o bonapartismo na França tenha advindo de qualquer equilíbrio entre a classe burguesa e a classe operária. Esta estava desorganizada pelos acontecimentos de 1848 e sua atuação praticamente inexistia. “A contradição principal desloca-se e concentra-se entre a burguesia, de um lado, a pequena burguesia e o campesinato, de outro, sem que se possa falar de um equilíbrio entre estas forças” (POULANTZAS, 1977, p. 118). Ora, Gramsci salienta a participação ativa do campesinato em todo o processo. Mas a questão parece estar em Marx (e Engels), que afirmava que o proletariado exercia, naqueles idos, uma influência acima de suas energias efetivas. Marx também ressaltou que “A existência de ideias revolucionárias em uma determinada época pressupõe já a

já avalia Napoleão III como objetivamente progressista, ainda que inferior em qualidade e quantidade a César e Napoleão I, por não representar a passagem de uma situação para outra, mas uma mudança no interior da mesma situação. De toda forma, na atualidade do seu tempo o cesarismo, embora sempre adaptável a outras situações, distinguir-se-ia de todas as formas anteriores, embora se aproximasse mais do de Napoleão III,), dadas as mudanças ocorridas no aparato militar e nas formas de associação sindical e política e porque a unificação das forças em luta não só era muito mais difícil como piorava com a presença do fenômeno cesarista.

Notamos proximidades e dessemelhanças no tocante à caracterização do bonapartismo feita por Marx e Engels. Faremos a seguir alguns comentários – necessariamente sumários – acerca dessas aproximações e divergências.

Para Marx, diante das Jornadas de Junho, a república – sem mudar de natureza, mostrando apenas sua outra face – tornou-se terror de classe contra os operários, deflagrou a guerra civil entre capital e trabalho. No poder, a burguesia extraparlamentar, divergindo daqueles seus representantes que ainda defendiam a democracia, inquietava-se com um governo direto, com as questiúnculas entre seus representantes e o presidente, das continuadas conspirações monarquistas. Queria um governo forte, sem adversários à altura e com estabilidade e “paz social” – para tanto, parecia-lhe cada vez mais ser necessário renunciar ao desempenho do poder político. “O regime de dominação política direta pela burguesia inviabilizava sua segurança e ela queria libertar-se destas preocupações; o exercício direto do poder político só lhe trazia dissabores e perturbava seus negócios”, e ela acabou por “substituir sua impotência coletiva pela força marcante de uma individualidade”, animando Bonaparte a dar um golpe e instituir “o domínio simples e impudico da força sobre toda a sociedade” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 340).

O medo da luta de classes principiava a forjadura do bonapartismo e levou a burguesia a desdizer, aferrar, desdenhar e esbulhar, paulatina e irremediavelmente – e por fim dispensar – o próprio poder parlamentar, aumentando pari passu o poder do presidente Bonaparte. A nação, que sob a república parlamentar já tomara como sua vontade a lei da classe dominante, abdicava até de acalentar pretensões próprias e se submetia à autoridade executiva. (ASSUNÇÃO, 2005, p. 341)

Bonaparte acreditava que poderia ser um provedor benemérito de todas as classes, manter uma função arbitral, de mediador entre elas, enquanto atuava a serviço de uma

existência de uma classe revolucionária”, tema a que, provavelmente, a burguesia estava mais sensível que o marxista greco-francês. Desta forma, apesar de seu desbaratamento, incutia terror na burguesia suficiente para levá-la a uma atitude radical.

delas. Substituí o parlamento porque este era objeto de ódio profundo por parte das massas, mil vezes traída por suas instituições, que haviam mostrado claramente que eram máquina de guerra do capital contra o trabalho, opositora radical da república social, que não se vexava da selvageria na repressão a quem ousasse se rebelar contra o domínio burguês.

Sem que tenha havido nenhuma transgressão da natureza do estado, o perigo social levou a burguesia a despojar seu governo direto dos instrumentos de que necessitava para manter-se de pé, cedendo passo ao bonapartismo. Esta era, dizia ele, o único governo possível numa situação em que a burguesia decaía, mas o proletariado ainda não chegara à potência necessária para assumir as rédeas do poder. Minimizando as lutas de classes, libertou a burguesia de suas preocupações políticas e encheu-lhe os bolsos, aprimorando seu mecanismo de guerra contra o trabalho. Sob o bonapartismo, o poder executivo alcançou a máxima heteronomia em relação à nação, permitindo até que um indivíduo medíocre estivesse à cabeça do aparato estatal. (...) Sob o “baixo império” bonapartista, a França conheceu um inaudito desenvolvimento nos ramos da indústria e do comércio e, mais ainda, da especulação. Somada a tais características sua política externa agressiva, Marx concluía que era a forma mais prostituída do poder estatal e, portanto, sua *última* forma. (ASSUNÇÃO, 2005, p. 341)

Se há proximidade teórica entre Gramsci e Marx na caracterização geral do bonapartismo, a coisa muda de figura quando se qualifica César e Napoleão, bem como Bismarck e Napoleão III, como bonapartistas, algo estranho ao pensamento de Marx e de Engels (ASSUNÇÃO, 2005; 2015). Para Marx, o regime de Napoleão Bonaparte, numa época em que a burguesia ainda estava em ascensão, não era um bonapartismo, mas o último movimento da Revolução Francesa que ele veio consolidar: “criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas” (MARX, 1986, p. 18). Napoleão instituiu a guerra permanente, pela qual “Satisfiz, até à saturação, o egoísmo do nacionalismo francês, mas exigiu, por outro lado, que a burguesia sacrificasse seus negócios, os seus prazeres, a sua riqueza etc. sempre que assim o exigiam seus fins políticos” (MARX; ENGELS, 1985, p. 186). Ele opunha o Terror à burguesia liberal e “tampouco cuidava dos interesses materiais essenciais dessa sociedade, o comércio e a indústria, cada vez que entravam em conflito com os seus interesses políticos” (MARX; ENGELS, 1985, p. 186). Assim, ainda que

entendesse o desenvolvimento da sociedade burguesa como a essência do estado moderno (e tenha tomado para si o encargo de defendê-la), Napoleão considerava o estado seu próprio fim, e a sociedade burguesa, sua subordinada. Não à toa foram os homens de negócios descontentes os responsáveis pelas suas primeiras derrotas. Marx destacava também o papel revolucionário que as conquistas napoleônicas tiveram na Europa, espalhando os princípios da Revolução e empuxando os estados a um nível mais moderno: “além das fronteiras da França ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu” (MARX, 1986, p. 18). Napoleão Bonaparte teve, portanto, um papel histórico progressista.

Já o bonapartismo representou um retrocesso imenso em relação à forma de governo mais moderna que a burguesia francesa instituíra no seu processo de ascensão. Tanto para Marx quanto para Engels o bonapartismo é a forma clássica de supremacia da burguesia em seu período contrarrevolucionário,

o representante mais autêntico da contrarrevolução burguesa, símbolo da decadência e da mesquinharia em que vivia a burguesia agora contrarrevolucionária, a única forma de governo possível numa sociedade na qual a burguesia já estava em decadência, tinha perdido a iniciativa política, e o proletariado ainda não alcançara maturidade suficiente para impor sua própria pauta. A classe dos expropriadores abandonava, assim, sua história de um século de lutas e jogava suas instituições aos chacais. A própria forma avançada de estado a que havia chegado a burguesia francesa foi atirada ao monturo da história: era sua própria segurança que estava em jogo (ASSUNÇÃO, 2015).

Nem por isso, contudo, deixavam de apreender peculiaridades. Assim, por exemplo, Engels salientava que o bonapartismo alemão era a forma da “revolução burguesa” na era contrarrevolucionária, a maneira encontrada para a realização das tarefas históricas econômicas da atrasada burguesia alemã com “paz social”. Isso porque, na específica situação alemã (e diferentemente da situação francesa), a luta de classes explodira antes da conquista efetiva do poder político pela burguesia. Esta não podia governar diretamente, embora precisasse eliminar de vez o feudalismo e instituir seu próprio regime, mas o proletariado ainda não estava em condições de tomar o poder. Apela, então, ao bonapartismo prussiano, o bismarckismo, que defende seus interesses materiais, mas ao preço de lhe interditar o poder político, inaugurando as “revoluções de cima para baixo”. Aterrorizada diante do avanço dos trabalhadores, sem possibilidade de apelar às massas como em outras eras, a burguesia voltou-se para o exército, que estava à disposição de Bismarck. Este concretizou os projetos burgueses e elevou a Alemanha a potência europeia sem que ocorresse uma revolução burguesa vitoriosa.

O bonapartismo surgido no interior da miséria alemã representou, desta forma, um progresso efetivo – foi a maneira de se concretizarem as transformações propriamente burguesas, se bem que sob a culatra do gendarme, conciliando com os *Jünkers* e abrindo mão do novo mundo que outrora era próprio da forma burguesa de dominação. (ASSUNÇÃO, 2015).

Neste processo, a própria burguesia foi subjugada por um poder executivo que não dependia dela: o estado ganhou uma autonomia momentânea em face das classes sociais. Para Engels, “a via prussiana de objetivação do capitalismo é inerentemente bonapartista, ou seja, o processo de constituição local do capitalismo tende a desconhecer outra forma de dominação que não esta” (ASSUNÇÃO, 2015).

Ressalta das tematizações marxiana e engelsiana a caracterização clara do bonapartismo como um fenômeno contrarrevolucionário e como o princípio do fim do domínio da burguesia, pois sob o bonapartismo as contradições latentes aumentam (pelo desenvolvimento econômico que propicia) e explodem logo que as condições que o originaram arrefeçam. Assim, é impróprio, no interior deste raciocínio, incluir entre os regimes bonapartistas aquele liderado por Napoleão Bonaparte, representante máxime do período revolucionário da burguesia.

Falar de César é uma impropriedade ainda maior, identificação que já merecera uma censura marxiana que Gramsci certamente conhecia:

Finalmente, espero que o meu trabalho possa contribuir para afastar o termo ora em voga, principalmente na Alemanha, do chamado *cesarismo*. Nesta analogia histórica superficial esquece-se o mais importante, ou seja, que na antiga Roma a luta de classes desenvolveu-se apenas no seio de uma minoria privilegiada, entre os ricos cidadãos livres e os pobres cidadãos livres, enquanto a grande massa produtora, os escravos, formava o pedestal puramente passivo para esses combatentes. (...). “O proletariado romano vivia às expensas da sociedade, enquanto a sociedade moderna vive às expensas do proletariado”. Com uma diferença tão cabal entre as condições materiais e econômicas das lutas de classe antigas e modernas, as formas políticas produzidas por elas hão de ter tanta semelhança entre si como o Arcebispo de Canterbury e o Pontífice Samuel. (18BLB, p. 200)

A crítica de Marx parece-nos muito pertinente, pois as aproximações históricas entre César e Napoleão, e entre ambos e o Napoleão III e Bismarck, só podem ser forçadas, na medida em que representam sociedades radicadas em bases totalmente distintas e com uma estruturação social muito diferenciada. Parece necessário uma categoria que explicita a essência e especificidade capitalista do fenômeno inaugurado por Luís Bonaparte (segundo nosso entendimento), o que cesarismo não faz, apesar dos esforços gramscianos em dar concretude ao conceito por meio de aproximações sucessivas. Há uma probabilidade de, após as notas finais que destacamos (sobre o “mito de César”), Gramsci ter percebido o equívoco de fazer tais alusões comparativas, mas não há evidência disso no texto.

Liguori (2017) aventa a possibilidade de, em Gramsci, bonapartismo ser sempre negativo, enquanto cesarismo pode ter caráter regressista ou progressista, mas não encontramos esta distinção no texto. No nosso entender, Gramsci usa alternadamente os dois termos – como quando fala em traços cesaristas ou função bonapartista no parlamentarismo –, às vezes até usando traço ou outra anotação que dê a entender que se trata de sinônimos. Assim, não obstante todo o requintado arcabouço teórico em que está entalhada sua concepção de cesarismo, acreditamos ver aí uma imprecisão categorial, pois Gramsci também se refere, eventualmente, a bonapartismo, mas não esclarece o que seria, no seu entender, o distintivo entre ambos.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. As antinomias de Gramsci. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 1, pp. 7-74, 1986.
- ASSUNÇÃO, Vânia N. F. de. *Pandemônio de infâmias: classes sociais, estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo*. 2005. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- _____. “A religião da burguesia”: aportes engelsianos à crítica de Marx ao bonapartismo. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20, out. 2015. Disponível em: <<http://verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/219/209>>, acessado em 20 mar. 2019.
- BERRIEL, C. E. O. Gramsci e eles. *Nova Escrita Ensaio*, n. 9, São Paulo, Escrita, pp. 83-97, 1982.
- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- CHIAROMONTE, Gerardo. Transformismo. In: VVAA. *Vocabulário gramsciano*. Disponível em: < <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=661>>, acessado em 15 mar. 2019.
- COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal e outros escritos*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *De Rousseau a Gramsci*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- DEMIER, Felipe. O fenômeno da “autonomização relativa do Estado” em Trotsky e Gramsci: “bonapartismo” e “cesarismo”. *VI Colóquio Marx Engels*. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-fenomeno-da-autonomizacao-relativa-do-estado-em-trotsky.pdf>, acessado em 14 mar. 2019.
- _____. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado) defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- _____. Antonio Gramsci e os cesarismos. *Blog Junho*, 30 nov. 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/antonio-gramsci-e-os-cesarismos/>>, acessado em 12 mar. 2019.
- DIAS, E. F. et al. *O outro Gramsci*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere* v. III: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUARNIERI, Carlo. Cesarismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 4 ed. Brasília: Ed. UnB, 1998, v. 1, pp. 159-62.
- LIGUORI, G. Cesarismo. In: *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. UFRJ/Ed. Unesp, 2004.
- _____. *Antonio Gramsci do liberalismo ao "comunismo crítico"*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MALTEZ, José Adelino. Cesarismo, o que é? Disponível em: <<http://topicospoliticos.blogspot.com/2004/10/cesarismo-o-que.html>>, acessado em 25 jul. 2005.
- MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- PISTONE, Sergio. "Bonapartismo". In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4 ed. Brasília: Ed. Unb, 1994, v. 1, pp. 118-9.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense Editora, 1971.
- RUBEL, Maximilien. Karl Marx devant le bonapartisme. In: MARX, Karl. *Les luttes de clases en France*. Paris: Gallimard, 2002.
- SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência o serviço social*. 3. ed. SP/Florianópolis, Cortez/Ed. UFSC, 2004.